



ATA DA XXVIII REUNIÃO TRIMESTRAL DO COMITÊ DE ECONOMIA DE IMPACTO

1. Abertura

Aos 11 dias do mês de dezembro de 2025, o Comitê de Economia de Impacto reuniu-se presencialmente em Brasília/DF e virtualmente por videoconferência, nos termos de seu Regimento Interno e do Decreto nº 11.646, de 16 de agosto de 2023.

Em seu pronunciamento de abertura, a Secretária de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, Júlia Cortez da Cunha Cruz, destacou que o ecossistema de economia de impacto no Brasil demonstra crescente maturidade, operando de forma integrada e, simultaneamente, com maior autonomia. Parabenizou nominalmente a equipe técnica, em especial a coordenadora Giselle Sakamoto, e ressaltou que os números alcançados ao final de 2025 são resultados diretos da colaboração entre o governo, a sociedade civil e os estados.

Após a abertura, a condução dos trabalhos foi transferida para o Secretário Adjunto, Lucas Ramalho Maciel, e à Diretora de Novas Economias, Sissi Alves da Silva.

A pauta foi lida e validada pelos membros, passando-se aos pontos seguintes.

2. Informes

- 2.1 Cadimpacto: Foram reportados dados consolidados do cadastro nacional. Até a data da reunião, o sistema registrou 1.453 negócios de impacto inscritos, cobrindo todas as regiões e biomas do país. Desse total, destacou-se que 317 empreendimentos possuem atuação internacional e 147 estão localizados no bioma Amazônia. Informou-se que as propostas estão em fase de análise pela equipe técnica e por parceiros.

- 2.2 InovAtiva de Impacto: Confirmou-se a transição administrativa do programa, que passou oficialmente à SEV/MDIC. Em parceria com a Fundação Certi e o Impact Hub, o programa foi redesenhado para 2026, com foco em acelerar negócios alinhados às missões da Nova Indústria Brasil (NIB) e com maior capilaridade nos estados que compõem o Simpacto.

- 2.3 Estratégia de Empreendedorismo Negro e Indígena: Nikolay Bispo atualizou o colegiado sobre a natureza interministerial da iniciativa, que agora envolve o MDIC, o Ministério do Empreendedorismo (MEMP), o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI). A Secretaria de Gestão e Inovação (SGI) também foi integrada ao grupo para garantir que a política pública tenha sustentabilidade administrativa e orçamentária.

- 2.4 Reunião Técnica do Simpecto (Recife/PE): Relatou-se o sucesso do encontro de 16 de outubro, onde foram mapeadas 75 ações concretas em execução pelos estados pioneiros. O foco principal foi a articulação com instituições financeiras regionais (BNB e Sudene) para viabilizar linhas de crédito específicas para negócios de impacto no Nordeste.

- 2.5 1º Fórum Sudeste de Economia de Impacto: O fórum realizado no Espírito Santo foi citado como marco da regionalização. Além da troca de experiências entre os quatro estados da região, o evento serviu para a entrega de certificados a Negócios de Impacto Socioambiental (NISA), validando o modelo jurídico-administrativo capixaba.

- 2.6 Evento Conexão Raiz: A Aliança Empreendedora detalhou o impacto da iniciativa que alcançou cerca de 1.000 jovens empreendedores das regiões Norte e Nordeste. O ciclo encerrou-se com a premiação de 8 negócios de sociobioeconomia, cujos representantes participaram de atividades de imersão no Impact Hub Brasília.

- 2.7 Fórum Nordeste de Economia Circular: Anunciado para abril de 2026, no Ceará, o evento buscará integrar as pautas de circularidade produtiva com as metas de economia de impacto, contando com o apoio direto do governo estadual e da Prefeitura de Fortaleza.

3. Aprovação da Ata da XXVII Reunião Trimestral

A ata da reunião realizada em 25 de setembro de 2025 foi colocada em votação. Sem pedidos de alteração ou ressalvas, o documento foi aprovado por unanimidade pela plenária.

4. Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) detalhou a nova Estratégia Nacional, destacando que o governo federal passará a utilizar seu poder de compra (estimado em trilhões de reais) para induzir comportamentos sustentáveis no

mercado. O Comitê discutiu como os negócios de impacto do Cadimacto podem ser priorizados ou facilitados em certames licitatórios sob essa nova ótica normativa.

5. Balanço COP 30

O balanço da participação brasileira em Belém perpassou diversas iniciativas, com especial destaque no Portal Impacta Brasil. A plataforma recebeu 1.450 indicações de 46 organizações e selecionou 351 negócios de impacto climático. O portal registrou 5.200 visualizações únicas durante a COP, servindo como uma vitrine internacional que conectou soluções brasileiras de bioeconomia com investidores globais. O MDIC ressaltou que o portal permanecerá ativo como um repositório dinâmico.

6. Minuta de Resolução – Câmara Técnica de Negócios Negro e Indígena

Apresentou-se proposta de criação de Câmara Técnica no âmbito da Enimacto. O objetivo é criar um espaço permanente de escuta e formulação para garantir que o suporte aos negócios desses grupos considere as especificidades culturais, territoriais e as barreiras históricas de acesso ao capital. A proposta foi submetida à votação e aprovada pela maioria, com ressalva de ajustes nos artigos referentes à finalidade da Câmara.

7. Atualização dos Trabalhos dos Estados do Simpacto

- 7.1 Gestão Simpacto: Registrou-se a consolidação de uma rede que agora conta com 15 estados em diferentes estágios de articulação. Lucas Ramalho destacou que o ano de 2025 foi marcado pela "territorialização" da Enimacto, saindo da esfera federal para entregas concretas nas pontas. Mencionou-se o sucesso da Reunião Técnica em Recife (outubro) e do Fórum Sudeste (novembro) como modelos de governança regional. Destacou-se, ainda, pela gestão nacional, que em 2025 houve o desenvolvimento de "kits de implementação" para estados iniciantes, facilitando a criação de leis e comitês estaduais.

- 7.2 Alagoas: O estado detalhou o avanço do projeto "Impacta Alagoas", que estabeleceu uma ponte sólida entre a academia e o setor produtivo por meio da parceria com a FAPEAL (Fundação de Amparo à Pesquisa). Destacou-se o mapeamento e a capacitação de 20 cooperativas de catadores, visando transformá-las em negócios de impacto estruturados. O estado também relatou a inclusão de disciplinas de empreendedorismo social em escolas técnicas estaduais.

- 7.3 Ceará: O relato focou na institucionalização da política pública. O Ceará conseguiu inserir a "lente de impacto" de forma transversal no Plano Plurianual (PPA) estadual, garantindo orçamento para ações de fomento. Informou-se que o portal estadual de negócios de impacto já conta com 150 empreendimentos monitorados, servindo de base para o Fórum Nordeste de Economia Circular agendado para abril de 2026, que conectará a pauta de resíduos sólidos com modelos de negócios regenerativos.

- 7.4 Espírito Santo: O estado foi parabenizado por liderar a articulação da região Sudeste. O grande marco reportado foi a operacionalização da Certificação NISA (Negócios de Impacto Socioambiental). Este selo jurídico permite que as empresas capixabas acessem benefícios específicos e participem de editais de inovação com pontuação diferenciada. O Fórum Sudeste serviu para unificar as metodologias de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais sob a liderança do comitê capixaba.

- 7.5 Rio Grande do Norte: O estado apresentou uma inovação na gestão pública: a articulação entre o IDEMA (órgão ambiental) e a pauta de impacto. Projetos de compensação ambiental e licenciamento de grandes empreendimentos (como parques eólicos) estão sendo direcionados para fortalecer negócios de impacto locais em municípios como Macaíba. Relatou-se também a criação de uma linha de crédito específica para mulheres empreendedoras em comunidades tradicionais, em parceria com a agência de fomento estadual.

8. Atualização dos Planos de Trabalho 2025 dos GTs (Grupos de Trabalho)

Lucas Ramalho Maciel apresentou o balanço consolidado da execução técnica dos cinco Grupos de Trabalho. Em 2025, o plano operacional previu um total de 149 ações estratégicas, das quais 96 foram integralmente concluídas (64,4%). As 53 ações restantes foram classificadas como "em curso" ou "reprogramadas", sendo integradas no ciclo de planejamento de 2026 para garantir a continuidade das políticas de impacto.

8.1 GT1 – O foco do GT1 em 2025 foi a internacionalização e diversificação de fontes de financiamento.

- Articulação Internacional: Relatou-se a realização de missões técnicas a Londres, em parceria com a ApexBrasil, para posicionar o Brasil como destino prioritário de investimentos de impacto. O GT trabalhou diretamente com o *Global Steering Group (GSG)* para alinhar as métricas brasileiras aos padrões globais.

- **Portfólio de Investimentos:** Foi concluída a estruturação de uma "vitrine" de 50 negócios de impacto com alto potencial de escala, apresentada a fundos de *Venture Capital* internacionais.

- **Diálogo com Bancos Públicos:** Houve avanços significativos no diálogo com o BNDES e o Banco do Nordeste (BNB) para a criação de subprogramas de crédito com juros diferenciados para negócios que apresentem comprovada externalidade social ou ambiental.

- **Capacitação de Investidores:** Em parceria com o *British Council*, o GT1 promoveu *workshops* de capacitação para gestores de fundos sobre a metodologia de avaliação de risco socioambiental.

8.2 GT2 – O GT2 foi responsável pela operacionalização do Cadimacto, o maior mapeamento de negócios de impacto da história do país.

- **Análise de Dados do Cadimacto:** Dos 1.453 negócios registados, o GT2 realizou uma análise analítica por bioma e vocação: 317 possuem operações de exportação e 147 estão inseridos no bioma Amazônia.

- **Plataforma de Validação:** O grupo desenvolveu, em conjunto com a Enap e o Hub de Inovação, sistema de triagem que utiliza inteligência de dados para validar se os negócios cumprem os quatro pilares do Decreto 11.646/2023.

- **Integração com Organizações Dinamizadoras:** O GT estabeleceu um protocolo de partilha de dados com aceleradoras e incubadoras (Anprotec e Impact Hub), permitindo que os negócios cadastrados recebam mentorias específicas para colmatar falhas de gestão detectadas durante o processo de inscrição.

8.3 GT3 – Este grupo focou na profissionalização do ecossistema e na gestão pública.

- **Certificação de Gestores:** O GT3 atingiu a marca de 450 profissionais certificados. O público-alvo incluiu gestores de Parques Tecnológicos e Incubadoras, além de funcionários públicos estaduais responsáveis pela implementação do Simpacto.

- **Conteúdo Pedagógico:** Foi finalizado o conteúdo do MOOC (Massive Open Online Course) de Economia de Impacto, desenhado para ser uma ferramenta de nivelamento de conhecimento para qualquer agente público ou privado no país, com lançamento previsto para o primeiro trimestre de 2026.

- Agenda de Compras Públicas: O GT3 trabalhou transversalmente com o GT4 na criação de guias de orientação para que municípios e estados possam aplicar a nova Lei de Licitações sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

8.4 GT4 – O GT4 atuou como a "âncora regulatória" do Comitê, monitorando o ambiente legal.

- Monitoramento da Pauta Legislativa: O foco principal foi o acompanhamento do PL 3284/2021. O grupo preparou notas técnicas para subsidiar os relatores no Senado, assegurando que o texto final preserve a autonomia do Simpecto.

- Regulação Financeira (CVM): Uma das entregas mais relevantes foi a submissão de contributos para a Consulta Pública SDM 05/2025 da CVM. O GT4 defendeu que a regulação de fundos de investimento deve exigir a demonstração clara da intenção de gerar impacto, visando proteger o mercado contra o *impact washing*.

- Taxonomia Sustentável: O grupo colaborou na revisão técnica dos cadernos setoriais da Taxonomia Brasileira, garantindo que os conceitos de economia de impacto estivessem harmonizados com as diretrizes do Ministério da Fazenda.

8.5 GT5 – O GT5 foi o responsável pela territorialização da política pública.

- Expansão da Rede: A gestão do GT5 resultou no aumento para 15 estados integrados. O grupo atuou na prestação de assessoria direta para que estados como Paraná e Pará redigissem as suas próprias leis estaduais de economia de impacto.

- Kits de Implementação: Foram distribuídos manuais técnicos para os novos comitês estaduais, abrangendo desde a governança interna até modelos de editais de fomento.

- Regionalização: O GT5 apoiou as reuniões técnicas regionais (como a de Recife e Vitória), que serviram como laboratórios para identificar boas práticas que podem ser replicadas a nível nacional, como o modelo de certificação de negócios do Espírito Santo.

9. Apreciação e Aprovação do Relatório Anual Enimpecto 2025

O documento, que sintetiza as conquistas e desafios da Estratégia Nacional, foi brevemente apresentado. Após debate sobre os indicadores de sucesso, o relatório foi formalmente aprovado pelo colegiado, seguindo para concernente ciência do Ministro de

Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, nos termos do Decreto 11.646/2023.

10. Contribuição à Consulta Pública SDM 05/2025 da CVM

Informou-se que o Comitê enviou contribuições técnicas à CVM, defendendo regras que tragam transparência para os fundos de investimento de impacto, evitando o *impact washing* e fortalecendo a segurança jurídica para investidores institucionais.

11. Encaminhamentos Gerais

Ficou definida a agenda para o primeiro trimestre de 2026, com foco no lançamento dos resultados do Cadimacto e na organização do fórum Impacta Mais 2026 em maio.

12. Encerramento

A sessão foi encerrada com um ato solene: a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a União, representada pelo MDIC, e o Estado de Pernambuco. A cerimônia contou com a presença de Helena de Andrade Lima Saboya Albuquerque e do Secretário Daniel Pires Coelho. Lucas Ramalho Maciel, como Secretário Adjunto da SEV/MDIC, e as testemunhas presentes formalizaram o ingresso oficial de Pernambuco no Simpacto. O encerramento ocorreu com uma foto oficial e agradecimentos finais pela cooperação de todos em 2025.

Brasília/DF, 11 de dezembro de 2025.